

# Planejamento 2022

**Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**

Departamento de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado (DEMOD)

Apoio às Modalidades, aos Atendimentos e às Temáticas



GOVERNO DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

**Secretário da Educação**

Rossieli Soares da Silva

**Secretária Executiva**

Renilda Peres de Lima

**Chefe de Gabinete**

Henrique Cunha Pimentel Filho

**Coordenadoria Pedagógica—COPEP**

Viviane Pedroso Domingues Cardoso

**Dep. de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado—DEMOP**

Cesar de Lima Niemietz

**Centro de Educação de Jovens e Adultos—CEJA**

Rodrigo Helmeister de Melo

**Centro de Inclusão Educacional—CINE**

Danilo Scalabrini

**Centro de Apoio Pedagógico—CAPE**

Estella Beatriz Felix Da Costa

**Equipe Técnica**

Adriana dos Santos Cunha, Adriano Rodrigues Biajone, Ângela Maria dos Santos, Doris Dalva Jardim de Jesus, Elisiane Devides de Held, Joadenira Antunes Gomes, Juvenal de Gouveia, Mauro Marcelo Gomes Silva, Maria Aurecy Pinheiro Chagas, Neli Maria Mengalli, Raquel Magalhães de Almeida, Raquel Maria Rodrigues, Ricardo Ossami Parisi, Rosana de Paulo Pereira.

**Imagem da capa**

Obra: "Cultivo ao Respeito " - Estudante Kênia Feliciano da Silva da EE Professora Carlota Fernandes de Souza Rodini – DER Pirassununga

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>3</b>
LISTA DE SIGLAS .....	4
<b>CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO (CAPE)</b> .....	<b>6</b>
Educação Especial, Classe Hospitalar e Atendimento Domiciliar.....	7
Estudo da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo, o Ensino Colaborativo, Resoluções e seus anexos.....	7
Discussão de casos específicos da Unidade Escolar .....	8
Interlocutor de Libras .....	9
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJA)</b> .....	<b>10</b>
Educação de Jovens e Adultos: EJA Presencial .....	11
Educação de Jovens e Adultos: EJA Presença Flexível .....	13
Programa de Educação nas Prisões – PEP .....	15
<b>CENTRO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL (CINC)</b> .....	<b>19</b>
Atendimento Socioeducativo .....	20
Migrantes Internacionais .....	22
Educação do Campo – EdoC (acampados, assentados e comunidades tradicionais).....	25
Educação Escolar Indígena – EEI .....	28
Educação Escolar Quilombola – EEQ.....	30
Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero – DSG .....	33
Educação para as Relações Étnico-Raciais – ERER .....	36
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>40</b>
Referências .....	41

## APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar orientações para as equipes das Diretorias de Ensino, gestores das unidades escolares e professores quanto ao trabalho a ser desenvolvido ao longo do ano letivo de 2022, no que se refere às modalidades educacionais e atendimento especializado, trazendo elementos que serão discutidos no Planejamento Escolar.

Com vistas a atender as especificidades, os Centros que integram este Departamento de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado (DEMOD) organizam informações e estratégias para as ações do Planejamento 2022, sendo o **Centro de Apoio Pedagógico (CAPE)**, responsável pelas ações para atendimento de estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial, bem como dos estudantes de classes hospitalares e em atendimento domiciliar; o **Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA)**, responsável pelo desenvolvimento de ações para atendimento de jovens, adultos e idosos na Modalidade EJA, nos cursos presenciais ou de presença flexível, e os estudantes do Programa de Educação nas Prisões (PEP); e o **Centro de Inclusão Educacional (CINC)**, responsável pelas ações para atendimento de estudantes indígenas, quilombolas, assentados, itinerantes, ciganos, migrantes internacionais, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, populações tradicionais, bem como as temáticas Educação para a Diversidade de Gênero (EDSG) e Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER).

Os temas abordados neste documento e as propostas de pautas para o Planejamento Escolar 2022 para cada modalidade, temática e atendimento, tem como objetivo subsidiar o trabalho dos professores e equipes gestoras neste importante momento de organização das ações escolares.

Espera-se, ainda, que essas sugestões sejam adequadas e enriquecidas conforme cada contexto, contemplando as necessidades específicas da unidade escolar nas discussões acerca dos diferentes aspectos que impactam a aprendizagem desses públicos.

**Departamento de Modalidades Educacionais e  
Atendimento Especializado**

## LISTA DE SIGLAS

**AAP** - Avaliações de Aprendizagem em Processo

**AD** - Avaliações Diagnósticas

**AIDS** - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*, em inglês).

**ANA** - Avaliação Nacional de Alfabetização

**ANEB** - Avaliação Nacional da Educação Básica

**CAPE** - Centro de Apoio Pedagógico

**CEEJA** - Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos

**CEJA** - Centro de Educação de Jovens e Adultos

**CI** - Centro de Internação

**CIEBP** - Centro de Inovação da Educação

**CINC** - Centro de Inclusão Educacional

**CIP** - Centro de Internação Provisória

**CMSP** - Centro de Mídias da Educação de São Paulo

**COPEd** - Coordenadoria Pedagógica

**DEMOD** - Departamento de Modalidades Educacionais e Atendimento Especializado

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**EdoC** - Educação do Campo

**EDSG** - Educação para Diversidade Sexual e de Gênero

**EEI** - Educação Escolar Indígena

**EEQ** - Educação Escolar Quilombola

**EJA** - Educação de Jovens e Adultos

**ERER** - Educação para as Relações Étnico-Raciais

**HIV** - Vírus da Imunodeficiência Humana (Human Immunodeficiency Vírus, em inglês)

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Ideb** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**IST** - Infecções Sexualmente Transmissíveis

**ODS** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**PEC** - Projeto Explorando o Currículo

**PEP** - Programa de Educação nas Prisões

**PRTE** - Projeto Revitalizando a Trajetória Escolar

**SAEB** - Sistema de Avaliação da Educação Básica

**SARESP** - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

**SEDUC** - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC)

**TCT** - Temas Contemporâneos Transversais

**TIC** - Tecnologias da Informação e da Comunicação

# **CENTRO DE APOIO PEDAGÓGICO (CAPE)**

## **Educação Especial, Classe Hospitalar e Atendimento Domiciliar**

A Educação Especial é a modalidade de ensino que percorre todos os níveis e etapas da escolarização, com o objetivo de desenvolver, validar e consolidar as escolas inclusivas. Desta forma, busca-se oferecer um conjunto de serviços para a inclusão de todos os estudantes, com foco no processo pedagógico de ensino e de aprendizagem.

Nesse sentido, os profissionais da educação devem conhecer e se apropriar das diretrizes da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo. É primordial que os professores discutam o documento, conheçam os estudantes e desenvolvam estratégias que viabilizem a participação de todos.

Conforme consignado na Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a oferta de Educação Especial deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino:

*Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.*

A educação é um direito humano fundamental e a integração indica o desenvolvimento dos trabalhos com base no aspecto transversal da Educação Especial, em todos os seus níveis e modalidades.

## **Estudo da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo, o Ensino Colaborativo, Resoluções e seus anexos**

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo apresentou a Política de Educação Especial do Estado de São Paulo, orientando sobre o processo de ensino e de aprendizagem do grupo elegível aos serviços da Educação Especial. O documento visa a inclusão de todos os estudantes nas classes de ensino regular, garantindo o pleno exercício da educação e que o processo de ensino e aprendizagem estejam voltados para a inclusão de todos.

O Ensino Colaborativo apresenta-se como estratégia importante à inclusão dos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular. O documento pretende fortalecer a colaboração no ambiente educacional e orientar os profissionais da educação.



Diante disso é importante que o professor seja capaz de:

- Identificar as potencialidades dos estudantes e oferecer atendimentos que ofereçam subsídios às suas necessidades;
- Organizar estratégias de atendimento que garantam a participação de todos os estudantes e que garantam a acessibilidade como princípio;
- Construir com base no anexo III, da Resolução SE 25, o registro do Acompanhamento do Atendimento Domiciliar Escolar;
- Realizar e acompanhar os registros estabelecidos nos anexos da Resolução SE 71, para desenvolvimento dos estudantes atendidos em classe hospitalar.

Sendo assim, sugere-se a leitura das resoluções apresentadas, bem como da Política de Educação Especial do Estado de São Paulo e do Ensino Colaborativo para o desenvolvimento das melhores estratégias pedagógicas.

## **Discussão de casos específicos da Unidade Escolar**

Diante das singularidades apresentadas por cada estudante, os professores da educação especial poderão utilizar a Avaliação Inicial, o Plano de Atendimento Individualizado ou até mesmo os Registros dos estudantes para oferecer aos colegas das salas regulares informações que possibilitem conhecer principalmente suas potencialidades e também sirvam para nortear as intervenções específicas de acordo com cada caso, a fim de oferecer a cada um possibilidades equitativas.

A articulação entre os professores deve ocorrer durante todo o período letivo, possibilitando melhores condições para o desenvolvimento dos estudantes, fortalecendo a inclusão, garantindo o acesso, permanência e participação, sem exceção.

As escolas que contarem com o serviço de Atendimento Domiciliar poderão solicitar ao docente que acompanha o estudante um parecer sobre seu desenvolvimento e suas características.

O ensino a partir do Currículo Paulista deve ser pensado em caráter equitativo e quando necessário, pode haver a flexibilização das atividades, com objetivo de que todos os alunos sejam contemplados e incluídos.

## **Interlocutor de Libras**

O planejamento deverá contar com a participação do Professor Interlocutor de Libras, garantindo um processo de ensino e aprendizagem equitativo e de qualidade para todos os estudantes. O professor interlocutor contribuirá com estratégias adequadas para viabilizar o trabalho com estudantes surdos durante todo o ano letivo.

O Professor Interlocutor deve se apropriar dos relatórios de avaliação das Salas de Recursos para maior compreensão das potencialidades dos estudantes e assim planejar seu trabalho com a necessária intencionalidade pedagógica, de modo a garantir a eficiência e a eficácia do seu trabalho docente.

# **CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

## **Educação de Jovens e Adultos: EJA Presencial**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) de presença obrigatória é ofertada nas escolas estaduais aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou não concluíram a Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio. O Planejamento para o curso de EJA presencial, em classes seriadas ou multisseriadas, deve garantir as especificidades da modalidade no trabalho a ser desenvolvido pela unidade escolar.

### **Currículo e Programas**

O Currículo Paulista é o documento que norteia a educação da rede estadual de São Paulo. Por sua vez, na EJA, é fundamental reconhecer suas especificidades curriculares e refletir sobre a diversidade de contextos, interesses e motivações dos estudantes, dentro e fora do ambiente escolar.

Diante de suas funções específicas, o Planejamento na EJA deve garantir que o processo formativo não seja um mero recorte do ensino regular, mas que contemple, verdadeiramente, as necessidades deste público. Para tanto, é importante considerar a semestralidade dos Termos/Anos para o planejamento do período letivo.

Para a promoção da educação integral, na EJA, deve-se considerar a qualidade da educação como um bem inalienável, capaz de integrar diferentes saberes em diversos âmbitos, valorizando e aproximando as experiências de vida dos sujeitos com as habilidades e competências previstas no Currículo. O desenvolvimento de uma educação integral exige também o reconhecimento do mundo do trabalho no processo educativo, não como formação tecnicista, mas no entendimento do trabalho enquanto produção humana, comprometida com as transformações sociais.

À luz de uma educação emancipadora, é importante que nos planejamento de aulas, sejam asseguradas metodologias adequadas ao jovem, adulto e idoso, contemplando procedimentos como o trabalho sistematizado e interdisciplinar com leituras diversas; envolvimento do estudante na escolha das atividades; valorização da cultura e do contexto local e global; bem como a consideração dos interesses, das realidades e dos projetos pessoais e sociais dos estudantes.

Importante destacar que com o término do contrato do material EJA Mundo Trabalho, a Secretaria da Educação realizou a abertura de consulta pública para oitiva de instituições especializadas na produção de conteúdos impressos e digitais, com a finalidade de efetuar a aquisição de materiais didáticos para os públicos da EJA. Após o período de consulta foram escolhidos os seguintes materiais didáticos entregues aos estudantes, para utilização a partir do ano letivo de 2021.

- **EJA Ensino Fundamental – Anos Finais:**

1. Coleção “Saberes da vida, saberes da escola” da Editora Ática;
2. Coleção “Caminhar e transformar” da Editora FTD;
3. Coleção “EJA Moderna” da Editora Moderna.

- **EJA Ensino Médio - “Viver, aprender”** da Editora Global.

No início das aulas, orienta-se aos professores que, por meio da avaliação, observação e escuta, seja identificado os conteúdos que precisam ser retomados e aprofundados. Por fim, reforça-se que os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) devem continuar sendo oportunizados aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos de maneira transversal, por meio de atividades interdisciplinares e transdisciplinares.

## **Avaliação**

A Avaliação é a principal ferramenta para acompanhamento do planejamento elaborado pelos professores para a modalidade EJA de presença obrigatória que, reconhecendo as características diversificadas dos estudantes e momentos de aprendizagens diferenciados, deve garantir espaço para as adequações, atentando que o objetivo final seja inalterado: a formação integral dos estudantes.

Nesse sentido, conhecer os estudantes que chegam à EJA, saber o que trazem como conhecimentos vivenciados, seus projetos de vida e suas angústias, são importantes para um bom planejamento. Dessa forma, sugere-se a realização de uma avaliação diagnóstica que poderá subsidiar a construção dos planos de aula e o acompanhamento dos resultados ao longo do processo.

Cabe destacar que na modalidade EJA não se realiza Avaliações de Sistema (como as provas do Saesp e Saeb) ou ainda a Avaliação de Aprendizagem

em Processo (AAP). Isso não significa, no entanto, que não deve haver uma sistemática de avaliações internas, para acompanhar a aprendizagem dos estudantes e/ou o andamento do planejamento escolar.

O acompanhamento das ações planejadas também é fundamental para que os objetivos sejam alcançados. Durante todo o processo das ações pedagógicas, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve ser realizada. Os resultados dessa avaliação processual trarão subsídios que permitirão corrigir os rumos daquilo que foi planejado, colocá-los na direção correta, ajustar possíveis descompassos entre o planejado e o concretizado.

No entanto, é preciso ter ciência que a avaliação como prática pedagógica deve sempre ser utilizada para a melhoria da qualidade da educação. Portanto, não deve ter caráter punitivo nem classificatório, por outro lado, permitir um processo transformador e mediador da construção do conhecimento e balizador do planejamento docente na EJA.

## **Sugestões de Temas para o Planejamento da Unidade Escolar**

- Temas Contemporâneos Transversais e a utilização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- O trabalho com as classes Multisseriadas.

Para conhecer outros materiais relevantes para aprofundamento, veja o item 3.5 deste documento.

## **Educação de Jovens e Adultos: EJA Presença Flexível**

A EJA de presença flexível é oferecida em 39 Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAs), nas etapas do Ensino Fundamental - Anos Finais e do Ensino Médio. O curso possui organização didático-pedagógica específica que demanda um planejamento que contemple suas singularidades, como o ensino individualizado e aulas em grupo. Assim, o planejamento para a modalidade de EJA de presença flexível, deve garantir as especificidades desse modelo no trabalho a ser desenvolvido pela unidade escolar.

## **Currículo e Programas**

Nos CEEJAs, para além da adequação curricular, é preciso considerar o material didático encaminhado para a rede em 2021 na elaboração do planejamento.

Para a aprendizagem de jovens, adultos e idosos matriculados nos CEEJAs deve-se considerar suas vivências e todo o conhecimento que já possuem, uma vez que, para muitos estudantes, a sua experiência cotidiana, quer seja no trabalho, no círculo familiar, no grupo de amigos, na igreja e em outros espaços, possibilitou diversas aprendizagens que foram previamente acumuladas.

Dessa forma, durante o período de planejamento é preciso aliar os diferentes conhecimentos trazidos pelos estudantes às competências e habilidades previstas no Currículo e nos novos materiais didáticos. Para isso, é necessário contextualizar o conhecimento e desenvolver um trabalho interdisciplinar por meio de oficinas e projetos, por exemplo.

## **Avaliação**

Ao definir os instrumentos de avaliação é preciso não apenas pensar nos critérios, mas também nos sujeitos envolvidos nesse processo. As avaliações devem ter, entre outras, a função de identificar quais os conhecimentos já adquiridos e quais precisam ser retomados para que o estudante tenha condições de continuar os seus estudos com qualidade.

Em outra direção, é importante garantir que os instrumentos de avaliação não atendam apenas a finalização de uma etapa de ensino ou mesmo a conclusão da Educação Básica, mas sirvam ao objetivo maior do CEEJA, que é o de oferecer aos estudantes jovens, adultos e idosos um ensino digno, de qualidade e que os habilite para o exercício da cidadania, para o mundo do trabalho, para o ingresso no Ensino Superior e para realização dos mais variados projetos de vida.

## **Sugestões de Temas Livres de Pautas para o Planejamento da Unidade Escolar**

- Temas Contemporâneos Transversais e a utilização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

## Outros Materiais Importantes para Aprofundamento

Público	Documento	Link
Todos	Currículo Paulista	<a href="https://efape.educacao.sp.gov.br/curricul_opaulista/">https://efape.educacao.sp.gov.br/curricul_opaulista/</a>
EJA	Pautas e Percursos formativos em rede: Práticas pedagógicas em classes multisseriadas 1	<a href="https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=4435">https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=4435</a>
EJA	Pautas e Percursos formativos em rede: Práticas pedagógicas em classes multisseriadas 2	<a href="https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=4453">https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=4453</a>
EJA/ CEEJA	Pautas e Percursos formativos em rede: EJA – Avaliação formativa e processual	<a href="https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=4887">https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=4887</a>
EJA/ CEEJA	Pautas e Percursos formativos em rede: Ensino contextualizado na EJA	<a href="https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=10347">https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=10347</a>
EJA/ CEEJA	Pautas e Percursos formativos em rede: Metodologias ativas significativas para a EJA	<a href="https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=4571">https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=4571</a>
EJA/ CEEJA	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos	<a href="http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf">http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf</a>
EJA/ CEEJA	“Classes heterogêneas: algumas considerações” (Walkiria Rigolon)	<a href="https://drive.google.com/file/d/1x_YbwOVI3x54ltKs8Z63nLdcjkrhgQ2l/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/1x_YbwOVI3x54ltKs8Z63nLdcjkrhgQ2l/view?usp=sharing</a>
CEEJA	Documento Orientador para os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs	<a href="https://drive.google.com/file/d/1nLpIflGE9ofyiogtwOwbPD4cg_y4PHL8/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/1nLpIflGE9ofyiogtwOwbPD4cg_y4PHL8/view?usp=sharing</a>
EJA/ CEEJA	Reflexões Pedagógicas sobre o Ensino e Aprendizagem (Stela C. Bertholo Piconez)	<a href="https://drive.google.com/file/d/1wijzBXNYJMVAXzwmH8C6Xbl5pR7S--U/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/1wijzBXNYJMVAXzwmH8C6Xbl5pR7S--U/view?usp=sharing</a>

## Programa de Educação nas Prisões – PEP

O Programa de Educação nas Prisões, instituído pelo Decreto Estadual 57.238/2011 é ofertado às pessoas privadas de liberdade que não tiveram acesso



ou não concluíram a Educação Básica nas etapas Ensino Fundamental - Anos Iniciais/Finais e Ensino Médio. No Estado de São Paulo, a oferta da Educação Básica às pessoas em situação de privação de liberdade é responsabilidade da Secretaria da Educação (SEDUC), com apoio da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) e a Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" (FUNAP). Ela deve proporcionar aos estudantes meios para que possam ter garantido o acesso e a permanência na Educação Escolar, bem como promover cidadania e inclusão social e educacional. Portanto, o planejamento deve oferecer às unidades escolares um espaço de reflexão e discussão voltado às especificidades desta modalidade.

## **Currículo e Programas**

O Currículo Paulista é o documento que norteia a educação da rede estadual de São Paulo. Por sua vez, na EJA, é fundamental reconhecer suas especificidades e refletir sobre a diversidade de contextos, interesses e motivações dos estudantes, dentro e fora do ambiente escolar.

Sendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) a modalidade ofertada para estes estudantes, o Planejamento deve garantir que o processo de ensino-aprendizagem contemple as necessidades deste público, considerando os saberes que os estudantes possuem, adaptando-os para as situações de aprendizagem na semestralidade do curso.

Com a necessidade da realização de aulas remotas, devido ao COVID-19, no que resultou em uma mudança drástica e repentina nas vidas de nossos estudantes privados de liberdade. Essa mudança fez com que nossos professores se adaptassem para garantir que a relação ensino-aprendizagem fosse garantida, por meio dos roteiros de estudos (impressos).

Para tanto, o Planejamento deve contemplar, além dos aspectos pedagógicos o momento de acolhimento. O acolhimento é parte essencial do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que possibilita aos nossos professores desenvolverem com seus estudantes as competências socioemocionais. Estas competências socioemocionais são fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes privados em liberdade, principalmente para contribuir no desenvolvimento das habilidades que serão necessárias para a continuidade de seus estudos. Porém é preciso pensar nas especificidades deste público, uma vez que as classes vinculadas estão inseridas em espaços de privação com regras

próprias (a segurança, por exemplo), o que cabe uma adaptação exclusiva para essa realidade. É importante garantir um espaço acolhedor, de ajuda mútua e respeito no ambiente escolar.

É importante destacar, que no ano letivo de 2021, os estudantes pertencentes ao PEP, assim como todo estudante da EJA, receberam os novos materiais didáticos, tanto para o Ensino Fundamental – Anos Finais, como para o Ensino Médio. Estes materiais, junto ao processo de observação, escutam e avaliação dos estudantes, possam propiciar aos professores meios para identificar as habilidades e competências que precisam ser retomadas e aprofundadas.

Considerando o longo período de aulas não presenciais, as aprendizagens a serem recuperadas ou aprofundadas possam ser muitas, principalmente aos estudantes que cursam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Portanto, o Currículo Paulista, em todas as suas etapas, bem como os materiais didáticos, além de outros materiais, serão os instrumentos para a retomada de alguns temas, conforme a necessidade dos estudantes.

Todo este material de apoio disponível pode contribuir para uma prática escolar flexível e adaptada, e devem sempre estar contextualizados de acordo com o planejamento da escola, do professor e a partir do grupo de estudantes. Por isso, é fundamental a utilização de metodologias flexíveis, de Temas Contemporâneos Transversais, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os saberes por áreas do conhecimento, considerando os conhecimentos e experiências anteriores do estudante, sempre alinhado às competências e habilidades, presentes no Currículo Paulista.

## **Avaliação**

A avaliação tem como objetivo diagnosticar a situação de aprendizagem de cada estudante, em relação à programação curricular. Ela deve ser processual e formativa e mesmo a EJA não realizando as Avaliações de Sistema (SARESP e SAEB) ou Avaliações Formativas: Avaliação Diagnóstica (AD), Intermediária, Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP) e Avaliação de Fluência, nada impede que os professores juntamente com seus Coordenadores Pedagógicos (PC), possam construir internamente avaliações para acompanhar a aprendizagem dos estudantes e o desenvolvimento do planejamento escolar, em vista de melhorar a qualidade de ensino para os estudantes privados de liberdade.

## Sugestões de Temas Livres de Pautas para o Planejamento da Unidade Escolar

- Elaboração de planos de aula (individuais, coletivos, por área do conhecimento e/ou multidisciplinares), a partir das habilidades essenciais;
- Projetos pedagógicos interdisciplinares e transdisciplinares;
- Metodologias ativas;
- Tipos de avaliações.

## Outros Materiais Importantes para Aprofundamento

Documento	Link
Currículo Paulista	<a href="https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculo_paulista/">https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculo_paulista/</a>
Documento Orientador nº 1 see-sap atualizado 2018	<a href="https://drive.google.com/file/d/1v2PzXRKWutN1aSMWiugGWyfdmMGguPbq/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/1v2PzXRKWutN1aSMWiugGWyfdmMGguPbq/view?usp=sharing</a>
Documento Orientador nº 2 see/sap/funap	<a href="https://drive.google.com/file/d/1eh4zynXoIn-Vhifx7In3ytYOUfdZb1L2/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/1eh4zynXoIn-Vhifx7In3ytYOUfdZb1L2/view?usp=sharing</a>
Resolução Conjunta SEDUC-SAP nº 01, de 25-11-2021	<a href="https://drive.google.com/file/d/1qyCRoHAqigrjTTa6D0KILT-kivJYQXWs/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/1qyCRoHAqigrjTTa6D0KILT-kivJYQXWs/view?usp=sharing</a>
Legislações Nacionais	<a href="https://drive.google.com/file/d/11n3y9NEdVsWJRxF7b_muvTewonhRXWpJ/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/11n3y9NEdVsWJRxF7b_muvTewonhRXWpJ/view?usp=sharing</a>
Legislações Estaduais	<a href="https://drive.google.com/file/d/1DzwyAjX8iAhWGnOmP795qQG3negHZT0N/view?usp=sharing">https://drive.google.com/file/d/1DzwyAjX8iAhWGnOmP795qQG3negHZT0N/view?usp=sharing</a>
Pautas e Percursos formativos em rede: <b>Alfabetização e letramento das pessoas privadas de liberdade 1</b>	<a href="https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=10323">https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=10323</a>
Pautas e Percursos formativos em rede: <b>Alfabetização e letramento das pessoas privadas de liberdade 2</b>	<a href="https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=10335">https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=10335</a>
Pautas e Percursos formativos em rede: <b>Práticas pedagógicas em classes multisseriadas 1</b>	<a href="https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=5359">https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=5359</a>
Pautas e Percursos formativos em rede: <b>Práticas pedagógicas em classes multisseriadas 2</b>	<a href="https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=5369">https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=5369</a>
Pautas e Percursos formativos em rede: <b>Metodologias ativas significativas para a EJA</b>	<a href="https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=5385">https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=5385</a>
Pautas e Percursos formativos em rede: <b>EJA – Avaliação formativa e processual</b>	<a href="https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=5397">https://avaefape.educacao.sp.gov.br/mod/page/view.php?id=5397</a>

# **CENTRO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL (CINC)**

## **Atendimento Socioeducativo**

A Secretaria da Educação oferta Educação Básica aos estudantes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado nos Centros de Internação Provisória (CIP) e Centros de Internação (CI) da Fundação CASA, oferecendo meios para assegurar o direito fundamental, público e subjetivo à educação, garantindo a implementação de ações didático-pedagógicas compatíveis com as demandas específicas destes estudantes. Além disso, há a constante preocupação para tornar construtivo o tempo de permanência dos estudantes, através de efetivas oportunidades educacionais alicerçadas em competências e habilidades geradoras das condições necessárias à continuidade dos estudos escolares.

## **Currículo e Programas**

Diante do contexto da pandemia no ano letivo de 2020/2021, o Projeto Revitalizando a Trajetória Escolar (PRTE), desenvolvido nos Centros de Internação (CI), e o Projeto Explorando o Currículo (PEC), ofertado nos Centros de Internação Provisória (CIP), adequaram-se às atividades pedagógicas através roteiros de estudos impressos, a fim de garantir aos estudantes em cumprimento de medida socioeducativa de internação o prosseguimento dos estudos.

Dessa forma, o Currículo Paulista será fundamental para o ano letivo de 2022, para a aquisição das habilidades e competências previstas, as quais devem estar presentes no planejamento pedagógico dos professores, na elaboração de planos de aula (individuais, por área do conhecimento e/ou multidisciplinares) e sequências didáticas.

Quanto ao Projeto Explorando o Currículo, o desenvolvimento das atividades pedagógicas deve seguir o disposto em resolução: atividades de finitude diária, por área do conhecimento e baseadas nos Temas Contemporâneos Transversais.

Para apoiar o desenvolvimento das habilidades previstas no Currículo Paulista, o professor poderá utilizar-se das seguintes estratégias:

- Sala de aula invertida: o professor poderá oferecer materiais prévios para os estudantes sobre o conteúdo que irá ser trabalhado, após essa etapa, realizar a mediação das percepções e discutir a partir dos conhecimentos prévios adquiridos sobre o assunto, podendo ainda propor seminários, apresentações e

etc. Ao final do processo realizar a avaliação conjunta das atividades pedagógicas com os estudantes;

- rotação por estações: visa organizar a sala em diferentes grupos para desenvolver atividades pedagógicas com diferentes habilidades, mas de forma complementar. O professor organiza a sala em uma espécie de circuito, em que os estudantes fazem um rodízio na atividade que possui o mesmo tema central. Para melhor desempenho é importante oferecer materiais diversificados em cada circuito que dialoguem com o tema central.

A utilização dessas metodologias contribuem para o acompanhamento pedagógico de estudantes dos Centros de Internação da Fundação CASA, além de possibilitar intervenções que se façam necessárias, definidas a partir das análises das atividades pedagógicas, inclusive contribuindo para o replanejamento, caso haja necessidade.

O material do curso “Ensino Híbrido - Práticas de Orientação de Estudos” oferecido pela EFAPE, poderá contribuir com o aprofundamento dos estudos sobre o tema.

## **Avaliação**

A avaliação é um recurso que deverá orientar professores no acompanhamento da aquisição das habilidades e competências, bem como no acompanhamento do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Para esse acompanhamento, a avaliação processual e formativa possibilita avanços em determinadas habilidades e ajuda a verificar quais precisarão ser revisitadas ou intensificadas durante o processo de aprendizado.

Portanto, a elaboração de avaliações, conforme as particularidades dos estudantes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, são de suma importância para identificar as prioridades da realidade escolar, de modo a oferecer subsídios para as ações pedagógicas previstas.

## **Sugestões de Temas Livres de Pautas para o Planejamento da Unidade Escolar**

- Elaboração de planos de aula e roteiros de estudos (individuais, coletivos, por área do conhecimento e/ou multidisciplinares), a partir das habilidades previstas pelo Currículo Paulista;

- Projetos pedagógicos interdisciplinares;
- Metodologias ativas;
- Tipos de avaliações e suas aplicações conforme as demandas específicas das turmas;

## **Migrantes Internacionais**

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, tem como um de seus princípios constitucionais (art. 5º) a igualdade de condições entre brasileiros e estrangeiros no país para acesso e permanência à escola, sejam eles residentes ou cidadãos em trânsito. Considerando que todos são iguais perante a lei, o atendimento educacional não está restrito somente aos brasileiros, abrangendo também os migrantes internacionais que vivem no país.

A população de migrantes internacionais matriculados nas escolas públicas estaduais é constituída, atualmente, por quase 14 mil estudantes não brasileiros de 120 nacionalidades (SEDUC/CITEM, outubro de 2021), sendo quase a metade desta população (44%) composta por estudantes oriundos da Bolívia, Japão e Haiti. Esse número expressa a diversidade étnica e cultural no Estado de São Paulo, cada vez mais plural devido às correntes migratórias contemporâneas, destacando-se as correntes boliviana, venezuelana, síria, haitiana, japonesa e chinesa.

## **Currículo e Programas**

A escola é um espaço de compreensão das diversidades e pluralidades identitárias e culturais. Para garantir o que prevê o Currículo Paulista, é necessário propiciar a efetivação do respeito à liberdade por meio da construção de estratégias pedagógicas que definem, entre outras coisas, o apoio à aprendizagem voltada para a população de estudantes migrantes internacionais, permitindo a eles o pleno usufruto da escola paulista, com as mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais estudantes.

Para melhor desenvolvimento das habilidades previstas pelo Currículo Paulista, a escola deve promover a integração dos estudantes migrantes internacionais, com atenção especial para estudantes em situação de refúgio, que saíram de maneira inesperada de seus países de origem. O acolhimento das escolas paulistas a esse público deve envolver os demais estudantes, professores

e funcionários e deve ser pensada não somente no início das aulas, mas no decorrer do ano letivo.

A escola precisa buscar estratégias para lidar com a barreira do idioma. Indica-se a criação de estratégias que garantam um espaço para que o estudante contribua com a visão mais ampliada dos desafios do mundo, dos problemas em outras regiões, das diferentes maneiras de se ler e compreender o mundo e se comunicar, de aprender e relacionar a partir da cultura e da nacionalidade.

Também pode utilizar as línguas faladas na escola na comunicação escrita (placas de identificação, avisos, orientações, por exemplo) e criar estratégias de diálogo e participação ativa das famílias na escola para melhor entendimento dos desafios enfrentados no ambiente escolar.

Recomenda-se o uso de aplicativos de tradução simultânea, inclusive para o uso de alfabetos não latinos. Esses aplicativos possuem busca fonética e podem, inclusive, ser utilizados já no momento da matrícula desses estudantes na Rede Estadual, já que ingresso dos mesmos é garantido sem necessidade de documentação definitiva. Neste sentido, podem ser utilizadas as cartilhas de acolhimento, para pais, estudantes e comunidade como um todo, produzidas pelo Centro de Inclusão Educacional (CINC) nos idiomas Crioulo Haitiano, Espanhol, Francês e Inglês e previamente distribuídas à Rede.

## **Estratégias Complementares**

Além dos aplicativos, outra ferramenta importante que também poderá ser utilizada nas atividades é o material "Aprender Sempre – Vol. 2" que foi traduzido do português para os idiomas Crioulo Haitiano, Espanhol, Francês e Inglês, realizado através da parceria entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e a Organização Internacional para as Migrações – OIM.

Quando a escola produzir materiais orienta-se que não sejam traduzidos títulos e textos de obras literárias nacionais e/ou portuguesas; nomes de personagens; tabelas; lugares; índices de livros; nome de brinquedos e brincadeiras; regras de jogos e brincadeiras; expressões tipicamente brasileiras, para que estas expressões coloquiais e/ou naturais da variedade do nosso idioma e de nossa comunidade linguísticas sejam preservadas.

## **Avaliação**



Além de ingressarem em ambiente cujo idioma falado, a cultura, os costumes e a convivência escolar são aspectos diferentes daqueles de seu país de origem, a dificuldade de comunicação devido ao desconhecimento do idioma, somada a um perfil mais introspectivo do estudante, podem ser confundidos no processo de avaliação como defasagens de aprendizagem.

Recomenda-se que a escola realize alguma forma de avaliação ou monitoramento dos estudantes estrangeiros em relação ao desenvolvimento de suas aprendizagens, considerando o currículo praticado em seu país de origem, sua faixa etária e a etapa de proficiência em que estava ao chegar à escola, bem como oriente sobre a estrutura, ocorrência e finalidade das avaliações externas.

Ainda assim, é proveitoso disponibilizar dicionários dos idiomas mais falados e acessíveis à escola (espanhol, inglês, francês). No caso dos idiomas menos falados ou de acesso mais difícil (árabe, crioulo haitiano), sugere-se que sejam elaborados pelos próprios estudantes, junto a seus professores, dicionários e léxicos variados (literário, técnico, científico, tecnológico), que poderão não só ser utilizados como instrumento de avaliação, mas também como material de trabalho e interação desse estudante migrante internacional com a língua portuguesa, trabalhando as possíveis interações entre as línguas, suas semelhanças lexicais e morfológicas, as influências de umas sobre as outras e suas diferenças.

## **Sugestões de Temas Livres de Pautas para o Planejamento da Unidade Escolar**

Como sugestões de pautas para Planejamento da Unidade Escolar sugere-se que a escola realize formação dos professores, voltada para o processo de ensino-aprendizagem de estudantes que falam um idioma diferente, e na promoção do acolhimento, especialmente de estudantes em situação de refúgio. Também se recomenda a elaboração de pautas relacionadas com protagonismo dos estudantes migrantes internacionais e a construção de projetos que discutam a segregação, o preconceito, o racismo e a xenofobia presentes no contexto escolar, com o objetivo de superar esses problemas.

Sugere-se também que os as pautas contemplem formações sobre a Lei Federal 13.445/2007 (Lei da Migração), com foco especial no artigo 3º, artigo 4º e artigo 77º, que tratam diretamente dos direitos relacionados à educação.

## **Educação do Campo – EdoC (acampados, assentados e comunidades tradicionais)**

A Educação do Campo destina-se ao atendimento das populações camponesas: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Essa modalidade deve ser ofertada tanto em unidades escolares situadas em área rural, conforme definido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente as populações do campo. A EdoC compreende todas as etapas da Educação Básica: Educação Infantil (ofertada apenas na Educação Escolar Indígena), Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Planejamento para as unidades escolares que atuam com as modalidades supracitadas deve garantir que os estudantes consigam articular as situações de aprendizagem com as questões inerentes à sua realidade, ou seja, a Educação do Campo se orienta na temporalidade e saberes próprios das comunidades. Nesse sentido, o planejamento é necessário, pois é o momento em que professores e equipe gestora tomam ciência da realidade da unidade escolar, considerando as situações de aprendizagem que poderão ser desenvolvidas, os objetivos a serem alcançados durante o processo de aprendizado no ano letivo de 2022, as formas de avaliações e as metodologias que serão empregadas.

### **Currículo e Programas**

O Currículo Paulista considera a necessidade de superar as desigualdades educacionais. Para essa superação, é essencial que o planejamento mantenha claro o foco na equidade, o que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes. Na modalidade da Educação do Campo é fundamental reconhecer as identidades dos estudantes do campo, valorizando a diversidade e a herança cultural dos mesmos, para que seu desenvolvimento integral não seja prejudicado.

Para isso, fazem-se necessários conteúdos que valorizem os saberes e as tradições do campo, demonstrando que o meio rural é um lugar onde vivem pessoas com diferentes dinâmicas de trabalho, de cultura, de relações sociais, e não apenas um espaço que reproduz os valores da cidade e práticas do meio urbano. Devido a esses aspectos os estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável estão alinhados com a modalidade da Educação do Campo.

O Currículo Paulista deve ser articulado de forma que o campo seja percebido como espaço da cultura, e história ao que se refere ao pertencimento à terra e ao território, questões que estão intrinsecamente ligadas às comunidades e povos tradicionais.

Os termos comunidades tradicionais e povos tradicionais designam grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e que possuem forte vinculação com seus territórios, mantendo assim formas próprias de conhecimento e manejo de seus recursos biológicos e naturais, bem como, conhecimentos tradicionais a eles associados, tendo a predisposição para defendê-los, desempenhando importante papel na conservação ambiental e manutenção da agrobiodiversidade.

O planejamento das unidades escolares que atuam na modalidade de ensino da Educação do Campo deve, independente da etapa de ensino que ofertam, compreender a diversidade cultural dessas populações e a importância de se discutir o acesso dessas populações à terra e aos territórios. Pois a terra é o local de onde se tira o sustento, e o território é o local onde se mantém viva as memórias que compõem as identidades desses povos, fazendo valer-se das cosmologias, modos de vida e visões de mundo, reconhecendo a existência de sistemas de conhecimentos próprios. Salientamos assim o compromisso em abordar questões que permeiam o uso sustentável da terra, recursos renováveis e uso de tecnologias de baixo impacto, estando atento para seja garantido e respeitado seus modos de vida e tradições.

## **Avaliação**

Podemos dividir as avaliações a serem desenvolvidas nas unidades escolares em Avaliações Internas e Externas, ambas compõem o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, e devem estar orientadas pelo Currículo Paulista .

As Avaliações Internas são aquelas desenvolvidas pelos próprios professores, também conhecidas como avaliações formativas, essas avaliações devem considerar e respeitar os processos dos próprios estudantes.

Nas unidades escolares que atuam na modalidade educacional da Educação do Campo é importante que as Avaliações Internas considerem as experiências de vida e as características históricas, políticas, econômicas e socioculturais das populações do campo, reconhecendo seus valores e abarcando não só as dimensões cognitivas, mas também as afetivas e emocionais, podendo ser articuladas de forma lúdica. Porém, é importante que essas avaliações explicitem quais habilidades foram desenvolvidas e estão sendo avaliadas, pois as habilidades trabalhadas devem estar alinhadas com as que orientam as Avaliações Externas.

As Avaliações Externas, também conhecidas como Avaliações de Sistema, são as avaliações desenvolvidas para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes e rendimento das escolas nos sistemas de ensino, em que se avaliam o que todos os estudantes precisam adquirir ao final de um processo (bimestre/semestre/ano/etapa de ensino).

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo conta com avaliações próprias: Avaliações Diagnósticas (AD), Avaliações de Aprendizagem em Processo (AAP); Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), entre outras de nível federal como Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é composto pela Prova Brasil, pela Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Os resultados das provas, aliados a outros dados, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Nas unidades escolares que não participam das Avaliações de Sistema é recomendado que os próprios professores, com orientações dos professores coordenadores, realizem em suas Avaliações Internas: as avaliações diagnósticas e processuais, adaptadas à realidade local.

## **Sugestões de Temas Livres de Pautas para o Planejamento da Unidade Escolar**

Para as unidades escolares que atuam na modalidade da Educação do Campo, sugerimos as seguintes pautas:

- Estudo do Parecer CNE/CEB nº 36/2001, referente às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
- Estudo aprofundado da Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002 que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
- Discussão da aula-vídeo produzida pela UNIVESP: História da Educação no Brasil O ruralismo: as escolas do campo.

## **Educação Escolar Indígena – EEI**

A Educação Escolar Indígena, consiste em uma Modalidade de ensino desenvolvida a partir do reconhecimento do direito à educação diferenciada e autônoma para os povos indígenas. Abarcando esta diversidade, a política educacional implementada pela SEDUC para os povos indígenas é específica, diferenciada, intercultural e bilíngue/multilíngue

### **Currículo e Programas**

O planejamento escolar das escolas indígenas para o ano letivo de 2022 deverá ser pautado pela prudência, enquanto avança o processo de imunização das populações indígenas em suas comunidades, particularmente no que tange à vulnerabilidade deste grupo.

Objetivamente, o planejamento para 2022 para as escolas indígenas deve contemplar as seguintes ações:

- Promover a educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue/multilíngue, verificando possíveis interações com o Currículo Paulista;
- Desenvolver projetos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares;
- Revisitar boas práticas de atividades pedagógicas desenvolvidas na Educação Escolar Indígena, a fim de aprimorá-las;
- Os professores indígenas e não indígenas também poderão utilizar os recursos tecnológicos para apoiar o processo de aprendizado dos estudantes: Centro de Mídias, aplicativos e plataformas de comunicação.
- Aos professores não indígenas e escolas que não tem acesso às tecnologias de comunicação (ou tem precariamente), deve-se planejar antecipadamente com as respectivas Diretorias de Ensino a necessidade de materiais a serem reproduzidos e entregues aos estudantes por meio de roteiros

de estudos e atividades impressas, combinando previamente com a comunidade indígena o melhor dia, local e horário para a entrega e retirada;

- Garantir o cumprimento da Legislação Vigente, conforme disposto na Lei Federal 14.021/2020 e na da Portaria FUNAI nº 419/20, especialmente quando da verificação de novo surto de doenças infectocontagiosas (seja do novo Coronavírus, seja de Influenza). Nesse sentido, segue proibido o ingresso em terras indígenas sem prévia autorização da FUNAI, que deverá ser solicitada formalmente a esta Fundação, por meio de correio eletrônico, de caráter nominal e por prazo definido e pontual.
- Considerar os conhecimentos tradicionais indígenas, sempre respeitando o calendário escolar diferenciado das comunidades e mantidos os 200 dias letivos.

## **Avaliação**

Os resultados do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes indígenas devem respeitar as especificidades culturais de cada povo, baseada em metodologia própria, ficando a cargo de cada comunidade a definição dos parâmetros de aplicação dela, que podem inclusive ser contempladas no Projeto Político Pedagógico daquela Unidade Escolar.

No entanto, é facultada à Unidade Escolar a aplicação de avaliação externa, formal e institucional, sempre que a comunidade indígena, suas lideranças e seus professores, tanto indígenas quanto não indígenas, assim entenderem necessária e proveitosa aos seus estudantes.

É fundamental a valorização dos saberes tradicionais das comunidades, de forma a serem consideradas como atividades avaliativas toda a produção cultural da comunidade, como desenhos, atividades agrícolas, artesanatos etc.

## **Sugestões de Temas Livres de Pautas para o Planejamento da Unidade Escolar**

É importante ressaltar que os Professores Indígenas são também lideranças políticas que fazem a ponte entre os saberes tradicionais e os conhecimentos não indígenas. Portanto, sugerem-se as seguintes pautas:

- Povos indígenas como sujeitos da História em todos os componentes curriculares;
- Lei 11.645/2008, a fim de fortalecer a presença e compreensão dos saberes indígenas à luz do Currículo Paulista;
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em seus aspectos transdisciplinares, em seus aspectos interdisciplinares e multidisciplinares, em especial aqueles que impactem as realidades das comunidades indígenas.

## **Educação Escolar Quilombola – EEQ**

A Educação Escolar Quilombola destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas, devendo ser ofertada tanto em unidades escolares quilombolas (localizadas em território quilombola), como em unidades escolares próximas a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos desses territórios.

O Planejamento para as unidades escolares que atuam nessa modalidade de ensino deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e de suas formas de produção, de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade. Nesse sentido, se planejar é necessário, pois é o momento em que o professor toma ciência da realidade da Unidade Escolar e pode prever formas possíveis do que deseja realizar, como vai realizar e como vai avaliar se os objetivos foram alcançados.

## **Currículo e Programas**

O Currículo Paulista define competências e habilidades para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes paulistas e considera sempre sua formação integral na perspectiva do desenvolvimento humano. Na modalidade da Educação Escolar Quilombola, o Currículo Paulista deve ser articulado de modo que os valores e interesses das comunidades quilombolas sejam considerados, principalmente os contextos socioculturais regionais e territoriais.

O Planejamento das unidades escolares que atuam nessa modalidade de ensino deve, independente da etapa de ensino que ofertam, garantir que o estudante conheça o conceito e a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como seu histórico de

lutas. Esse é o momento de articular como se dará a relação entre a Unidade Escolar e as comunidades quilombolas. Para isso, podem-se organizar eixos temáticos ou projetos de pesquisas a serem trabalhados durante o ano, em que as competências e as habilidades das diversas áreas do conhecimento sejam trabalhadas numa perspectiva transdisciplinar. É importante que ao organizar o planejamento, os eixos e projetos elenquem quais são as habilidades que serão desenvolvidas em cada etapa. Com isso busca-se uma articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, por meio do diálogo entre o estudo e pesquisa de temas da realidade dos estudantes e suas comunidades.

É importante que a Educação Escolar Quilombola seja articulada junto a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases, na redação dada pela Lei nº 10.639/2003 e da Resolução CNE/CP nº1/2004, para que promova o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afro-brasileira e africana a partir do protagonismo dessas populações, reconhecendo e considerando-os elementos estruturantes no processo civilizatório nacional.

O Planejamento é o momento de estruturar como os conhecimentos produzidos e construídos pelas comunidades quilombolas ao longo da história estarão presentes nas práticas escolares, podendo-se pensar em projetos que construam materiais próprios com conteúdo culturais, sociais, políticos e identitários específicos das comunidades quilombolas, trazendo a realidade dos estudantes para o dia a dia de suas práticas escolares. Podendo ser um ponto de partida para elaboração de calendário com consulta às comunidades quilombolas, considerando o que é mais marcante, a ponto de ser lembrado e comemorado pela unidade escolar.

## **Avaliação**

Podemos dividir as avaliações a serem desenvolvidas nas unidades escolares em Avaliações Internas e Externas, ambas compõem o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, e devem estar orientadas pelo Currículo Paulista.

Para esse acompanhamento, a avaliação processual e formativa possibilita avanços em determinadas habilidades e ajuda a verificar quais precisarão ser revisitadas ou intensificadas durante o processo de aprendizado. Nas unidades escolares que atuam na modalidade educacional da Educação Escolar Quilombola,



é importante que as Avaliações Internas considerem as experiências de vida e as características históricas, políticas, econômicas e socioculturais das comunidades quilombolas, reconhecendo seus valores e abarcando não só as dimensões cognitivas, mas também as afetivas e emocionais, podendo ser articuladas de forma lúdica. Porém, é importante que essas avaliações explicitem quais habilidades foram desenvolvidas e estão sendo avaliadas, pois as habilidades trabalhadas devem estar alinhadas com as que orientam as Avaliações Externas.

As Avaliações Externas, também conhecidas como Avaliações de Sistema, são as avaliações desenvolvidas para acompanhamento da aprendizagem e rendimento da escola nos sistemas de ensino, onde se avaliam o que todos os estudantes precisam adquirir ao final de um processo (bimestre/semestre/ano/etapa de ensino).

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo conta com avaliações próprias: Avaliações Diagnósticas (AD), Avaliações de Aprendizagem em Processo (AAP); Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), entre outras de nível federal como Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é composto pela Prova Brasil, pela Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Os resultados das provas, aliados a outros dados, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Nas unidades escolares que não participam das Avaliações de Sistema é recomendado que os próprios professores, com orientações dos professores coordenadores, realizem em suas Avaliações Internas, as avaliações diagnósticas e processuais, adaptadas à realidade local.

## **Sugestões de Temas Livres de Pautas para o Planejamento da Unidade Escolar**

Para as unidades escolares que atuam na modalidade da Educação Escolar Quilombola ou atendem demanda quilombola, sugerimos as seguintes pautas:

- Promover formações referentes aos Pareceres que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola;
- Utilização dos livros "*Narrativas Quilombolas: dialogar - conhecer - comunicar*" e "*Narrativas Quilombolas: dialogar - conhecer - comunicar: caderno*

*de atividades*” como subsídios para atividades de caráter multi, inter e transdisciplinar.

## **Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero – DSG**

A Secretaria da Educação (SEDUC) compreende que a Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero pode estar presente em todas etapas de ensino e em todos os componentes curriculares, afim de enfrentar as formas de discriminação, desconstruir preconceitos existentes, promover o respeito às diferenças e evitar que se constituam em fator de exclusão e desigualdade ao direito à educação.

O trabalho com a temática também busca atender as legislações vigentes, como por exemplo, a Lei Estadual nº 17.431/2021 que consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher, que em seu artigo 69, institui a “Campanha Estadual Maria da Penha” nas escolas públicas estaduais e particulares, a Constituição Federal, a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e a Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021 e outras, que contribuem para o conhecimento da comunidade escolar e impulsionam reflexões sobre o combate à violência contra mulher e feminicídio e do respeito aos direitos humanos para prevenir práticas de violência de gênero.

## **Currículo e Programas**

O trabalho da Educação para Diversidade Sexual e de Gênero também está alinhado com os princípios e objetivos do Currículo Paulista que reiteram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que visam levar para aprendizagem em sala de aula, o exercício da cidadania relacionada com o projeto de vida, ações que respeitem e promovam os direitos humanos, valorização da diversidade indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

É uma estratégia de alcance das competências e habilidades cognitivas, sociais, culturais e emocionais dos estudantes paulistas, bem como ao trabalho interdisciplinar e indicações dos temas contemporâneos transversais previstos no Currículo Paulista, como educação em direitos humanos e saúde, vida familiar e social.

O Currículo Paulista também aponta para a escola como um espaço que deva fortalecer a experiência do autoconhecimento, e práticas intencionais de construção identitária aliadas à construção de conhecimento, alcance dos ideais democráticos, para impactos na permanência e aprendizagem na escola, contribuindo assim com o conhecimento das legislações e especialmente no enfrentamento e prevenção da violência de gênero.

Como já é de conhecimento, o Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP), tornou-se uma plataforma muito importante para aprendizagem e deve continuar sendo utilizada quando possível. No ano de 2020 foram produzidas aulas, formações e seminários com o tema da Diversidade Sexual e de Gênero que também poderão ser utilizadas também em 2022 para trabalhar o tema.

## **Avaliação**

O processo de avaliação também é importante para que a escola desenvolva ações de respeito e promoção dos direitos humanos. É preciso refletir sobre pensamentos do senso comum, ora naturalizados na escola, recusando definição prévia no processo de avaliação como “meninos não tem letra bonita”, “meninas não possuem bom rendimento na área das Exatas”, “meninos não tem sensibilidade”, “meninas tem menor rendimento nos esportes”, etc e pensar criticamente sobre as estratégias de avaliação, como por exemplo, que utilizam divisão de grupos separados por gênero.

Outra atenção necessária é para estudantes transexuais e travestis. Durante todo processo pedagógico, inclusive na avaliação, é necessário que seja utilizado nome social do estudante, bem como ações para evitar situações de desrespeito, ridicularização, situações constrangedoras, violência física, psíquica e moral.

## **Sugestões de Temas Livres de Pautas para o Planejamento da Unidade Escolar**

O trabalho com as especificidades da Diversidade Sexual e de Gênero deve ser realizado de forma transversal nos componentes curriculares, inclusive com as Inovações Curriculares, nas disciplinas Projeto de Vida, Eletivas e Tecnologia do Programa Inova Educação.

As ações educacionais precisam trazer estratégias que combatam todas as formas de discriminação e violência de mulheres e meninas, e estratégias que

engajam homens e meninos nos esforços para promover e alcançar a paridade de gênero, o empoderamento de mulheres e meninas, e ações que envolvam a Lei Maria da Penha (conforme Lei Estadual nº 16.926/2019), direito das mulheres, feminicídio, violência de gênero, masculinidades e/ou outras como por exemplo a participação nos concursos educacionais que relacionam com a temática.

Também podem fomentar ações de prevenção, especialmente em relação a gravidez, as IST'S e HIV/AIDS, de adolescentes e jovens. Especialmente sobre a Prevenção à Gravidez na Adolescência, retomamos que em 2019, foi inserido como dispositivo legal no ECA, a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente a partir do 1º de fevereiro, para disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência, dirigidas prioritariamente ao público adolescente, que vai de 12 a 17 anos.

A escola também precisa garantir o cumprimento da Resolução SEE 45/2014, que trata sobre a utilização de nome social por estudantes transexuais e travestis, e promover ações pedagógicas que visem desconstruir e superar preconceitos e prevenir ações discriminatórias relacionadas às diferenças de gênero.

A escola também poderá realizar ações pedagógicas, em torno do Programa Dignidade Íntima, que é regulamentado pelo Decreto no 65.797, de 18 de junho de 2021 de São Paulo, executado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e está voltado para promover a saúde e o bem-estar de estudantes e garantir-lhes a dignidade menstrual, prevenir o absenteísmo e a evasão escolar e evitar prejuízos à aprendizagem e ao rendimento escolar por motivos relacionados à pobreza menstrual através de compra de produtos de higiene menstrual para as escolas da rede estadual.

Outra sugestão é utilizar livros que foram distribuídos pela Secretaria Estadual da Educação, em 2021, nas atividades pedagógicas, tanto com estudantes, como como professores. Os livros de literatura e conteúdo técnico, tem como proposta fomentar a discussão e o aprofundamento das questões das relações étnico-raciais bem como a promoção da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no ambiente escolar, e também dialogam com as questões de Gênero.

Na realização do trabalho, é importante considerar a intersecção da temática com outros temas, atendimentos e modalidades como abordar a temática DSG na

socioeducação, educação quilombola, educação no campo, educação indígena, educação nas prisões, migrantes internacionais e EREER, bem como a Proposta Pedagógica de cada unidade escolar, contemplando o interesse e o exercício de sua autonomia.

## **Educação para as Relações Étnico-Raciais – EREER**

A escola é um espaço de compreensão das diversidades e pluralidades identitárias e culturais, tendo as leis federais: 12.519/2011 (que institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra) e 10.639/2003 (que torna obrigatória a temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nos currículos escolares de todo o país, bem como a inclusão no calendário escolar do dia 20 de novembro como o "Dia Nacional da Consciência Negra") como referenciais legais para planejar, diversas atividades e projetos a fim de celebrar a luta da população negra por condições de respeito e igualdade.

Dessa forma é fundamental que essas referências legais sejam embasamentos para o planejamento do ano letivo, fundamentando os planos de aula, atividades e projetos, a fim de problematizar a consciência negra dentro da comunidade escolar em todos os componentes curriculares durante todo o ano letivo e não exclusivamente em novembro, mês que sugere-se a realização de espaços de culminância, momento no qual os estudantes terão a oportunidade de compartilhar com toda a escola os resultados obtidos e experiências vividas durante os trabalhos por eles desenvolvidos no decorrer do ano letivo, com o objetivo de suscitar a consciência negra dentro de sua comunidade escolar.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais possui através do Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004 e da Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que objetivam o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

Vale ressaltar que o segmento negro da população abarca, tanto a dimensão cultural, ou seja, linguagem, tradições, religião, ancestralidade, quanto as características fenotípicas socialmente atribuídas àqueles classificados como

negros – pretos e pardos de acordo com as categorias censitárias do IBGE. Portanto recomenda-se as atividades escolares desenvolvidas durante todo o ano letivo, estejam permeadas de momentos de diálogo e reflexão sobre racismo, discriminação, igualdade social, inclusão de negros na sociedade e a cultura afro-brasileira, promovendo fóruns, debates, oficinas e mostras artísticas sobre o tema.

Recomenda-se que as unidades escolares promovam projetos que problematizem as violências raciais, muitas vezes naturalizadas através de xingamentos, apelidos ou “brincadeiras” preconceituosas, pois a discriminação racial deve ser combatida em todas as etapas de ensino, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

## **Currículo e Programas**

Nos objetos de conhecimento e unidades temáticas dos componentes de todas as áreas de conhecimento do Currículo Paulista pode-se articular a promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Sugere-se que ocorra articulação por meio do desenvolvimento de aulas que reconheçam, valorizem e divulguem o respeito aos processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas.

No Estado de São Paulo, a Secretaria da Educação adquiriu obras voltadas para uma Educação Antirracista. Os 340 títulos distribuídos pela Secretaria Estadual da Educação compõem o acervo literário que fomenta, na perspectiva da temática antirracista, a discussão e o aprofundamento das questões das relações étnico-raciais bem como a promoção da Educação das Relações Étnico-Raciais – EREER no ambiente escolar. Os livros escolhidos são referências importantes para a articulação entre Currículo Paulista, a Avaliação da Aprendizagem, a EREER, bem como, a Consciência Negra, oferecendo linguagem, vocabulário, ilustrações, imagens e temas de interesse dos estudantes. Assim, o desenvolvimento de atividades a partir da leitura dos livros culminou em resultados com potencial para serem compartilhados durante o ano.

Já o Centro de Inovação da Educação Básica (CIEBP) e o Centro de Mídias SP (CMSP) dispõem de um acervo de trilhas, aulas e ATPC de Educação Antirracista que abordam a importância da representatividade africana na cultura nacional. Ao longo de 2021, esse acervo ofereceu possibilidades de atividades pedagógicas que

podem ser trabalhadas em 2022, no sentido de romper a estrutura racista e preparar uma sociedade antirracista nas gerações futuras.

## **Avaliação**

Pesquisas evidenciam que a trajetória escolar de estudantes negros, pardos e indígenas é mais complexa, com diversas interferências e dificuldades no percurso, como a evasão e a defasagem no aprendizado. Estes fatores podem ser potencializados por atitudes discriminatórias e racistas no ambiente escolar, uma vez que levam à baixa autoestima e a consequente evasão, e por isso precisam ser considerados em todos os processos de avaliação.

Durante as avaliações é necessário verificar se as atividades, fóruns, debates, oficinas e mostras artísticas realizadas promoveram o debate sobre o racismo estrutural, o diálogo e reflexão sobre racismo, discriminação, igualdade social, a cultura afro-brasileira e a inclusão de negros na sociedade, bem como a valorização da cultura africana e a mulher negra na sociedade.

## **Sugestões de Temas Livres de Pautas para o Planejamento da Unidade Escolar**

Como sugestões de pautas para Planejamento da Unidade Escolar sugere-se que a escola realize formação dos professores, sobre temas como: a violência contra negros; o que foi a escravização e suas consequências; a inserção do negro na sociedade brasileira; o reconhecimento dos descendentes africanos e seu protagonismo na construção da sociedade brasileira; feminismo negro, etc. Também se recomenda pautas relacionadas com Educação em Direitos Humanos focadas na superação do preconceito, e do racismo estrutural.

Outras ações que podem ser realizadas:

- Os temas contemporâneos transversais 'Educação em Direitos Humanos' e 'Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena';
- O ensino da arte, da literatura e de histórias brasileiras;
- A superação da visão eurocêntrica em relação à constituição da sociedade moderna.

- Destaque para as contribuições dos protagonistas negros na produção do conhecimento científico e tecnológico para humanidade, com suas incontáveis contribuições nas áreas social, econômica, histórica e política;
- Utilização dos vídeos produzidos pelos estudantes da rede no que tange a participação no Festival Afro Minuto – Flink Sampa 2021 e mobilização das unidades escolares para participação no Festival Afro Minuto – Flink Sampa 2022.
- Realização de atividades de Culminância na Semana/Mês da Consciência Negra, em novembro e demais datas que trabalham a temática.



## **Considerações Finais**

O planejamento escolar é o ponto de partida para o processo de aprendizado dos estudantes, pois é a partir dele que ações pedagógicas são traçadas entre professores e gestão escolar, buscando oferecer uma educação pública de qualidade, além de atender às especificidades que se faz presente na rede estadual de ensino.

Dessa forma, devemos considerar as especificidades e vulnerabilidades de nossos estudantes em suas modalidades, temáticas e atendimentos, e empenhar nosso trabalho para contemplar as habilidades e competências do Currículo Paulista, contribuindo com a recuperação, melhoria da aprendizagem, redução da evasão e do abandono.

O Planejamento 2022 precisa focar na garantia dos princípios e objetivos do Currículo Paulista, que visam levar para aprendizagem em sala de aula, o exercício da cidadania relacionada com o projeto de vida, ações que respeitem e promovam os direitos humanos, valorização da diversidade indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza a fim de evitar que se constituam em fator de exclusão e desigualdade ao direito à educação.

Por fim, este documento poderá ser revisitado sempre que necessário para auxiliar os professores na elaboração de aulas dinâmicas e condizente com cada realidade escolar, e depois, promover a socialização de vivências pedagógicas com os colegas para corrigir ações pedagógicas que julguem necessárias.

## Referências

BRASIL. Institui a Lei da Imigração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm).

Acesso em 11 de janeiro de 2022.

BRASIL. Lei de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas. Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l14021.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14021.htm).

Acesso em 11 de janeiro de 2022.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm).

Acesso em 11 de janeiro de 2022.

BRASIL. Lei nº 11.645 de 10 de Março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm).

Acesso em 11 de janeiro de 2022.

BRASIL. Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm). Acesso em 11 de janeiro de 2022.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em 12 de janeiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes\\_curric\\_educ\\_quilombola.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf). Acesso em 12 de janeiro de 2022.

Constituição Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 11 de janeiro de 2022.

EFAPE. Aprender Sempre. Disponível em : <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/educacao-infantil-e-ensino-fundamental/aprender-sempre-ef/>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

EFAPE. Ensino Híbrido: Práticas de Orientação de Estudos - 2ª Edição/2021. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/acao-formacao/ensino-hibrido-praticas-de-orientacao-de-estudos-2a-edicao-2021/>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

FUNAI. Portaria nº 419, de 17 de Março de 2020. Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20419-20-mj-sp-funai.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20419-20-mj-sp-funai.htm). Acesso em 11 de janeiro de 2022.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 17.431, de 14 de Outubro de 2021. Consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2021/lei-17431-14.10.2021.html>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

SÃO PAULO (Estado). Narrativas Quilombolas (livro e caderno de atividades). Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/material-didatico-narrativas-quilombolas-e-apresentado-para-rede/>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

SÃO PAULO (Estado). Política de Educação Especial do Estado de São Paulo. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/PEE-SP-DOCUMENTO-OFICIAL.pdf>. Acesso em: 11/01/2022.

SÃO PAULO (Estado). Resolução Conjunta SE-SJDC-2, de 10-1-2017. Dispõe sobre o atendimento escolar a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação nos Centros de Internação - CI da Fundação CASA, e dá providências correlatas. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CONJUNTA%20SE-SJDC-2,%20DE%2010-1-017.HTM?Time=09/11/2020%2005:28:59>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE nº 25, de 1 de abril de 2016. Dispõe sobre atendimento escolar domiciliar a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em ambiente domiciliar, e dá providências correlatas. São Paulo, 2016b. Disponível em: [http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/25\\_16.HTM?Time=26/04/2017%2009](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/25_16.HTM?Time=26/04/2017%2009). Acesso em: 11/01/2022.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE nº 68, de 12 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o atendimento educacional aos alunos, público-alvo da Educação Especial,

na rede estadual de ensino. São Paulo, 2017b. Disponível em: [http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/68\\_17.HTM?Time=22/03/2021%2016](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/68_17.HTM?Time=22/03/2021%2016). Acesso em: 11/01 2022.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SE no 71, de 22 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o atendimento escolar a alunos em ambiente hospitalar e dá providências correlatas. São Paulo, 2016. Disponível em: [http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/71\\_16.HTM?Time=22/03/2021%2013](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/71_16.HTM?Time=22/03/2021%2013). Acesso em: 11/01/2022.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SEDUC nº 143, de 20-12-2021. Dispõe sobre os procedimentos da avaliação do estudante do Ensino Médio na Formação Geral Básica e nos Itinerários Formativos, voltados para a rede estadual de ensino. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEDUC%20N%C2%BA%20143,%20DE%2020-12-2021.PDF?Time=11/01/2022%2016:30:54>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SEDUC nº 92, de 28 de setembro de 2021. Altera dispositivos da Resolução SE nº 68, de 12-12-2017, para ampliação e reorganização das aulas do ensino colaborativo, no âmbito do atendimento educacional especializado e dá providências correlatas. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/RESOLU%C3%87%C3%83O%2092.PDF?Time=12/01/2022%2009:26:42> . Acesso em: 11/01/2022.